

Título do capítulo	CAPÍTULO 29 Tendências recentes na escolaridade e no rendimento de negros e de brancos
Autores(as)	Sergei Suarez Dillon Soares Natália de Oliveira Fontoura Luana Pinheiro
DOI	

Título do livro	DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA QUEDA RECENTE: UMA ANÁLISE DA QUEDA RECENTE
Organizadores(as)	Ricardo Paes de Barros Miguel Nathan Foguel Gabriel Ulyssea
Volume	2
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Ipea
Ano	2007
Edição	
ISBN	978-85-7811-000-0
DOI	

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2007

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CAPÍTULO 29

Tendências Recentes na Escolaridade e no Rendimento de Negros e de Brancos

Sergei Suarez Dillon Soares*

Natália de Oliveira Fontoura*

Luana Pinheiro*

1 INTRODUÇÃO

A discriminação contra negros no Brasil é hoje reconhecida como fato. A nota técnica Ipea (2006), reeditada no volume 1 deste livro, aponta um efeito pequeno, porém importante, das diferenças de cor e de raça na queda da desigualdade no Brasil. Após extensa produção bibliográfica, tanto baseada em dados qualitativos como quantitativos, é difícil negar os grandes diferenciais raciais observados em quase todos os campos da vida cotidiana. Negros nascem com menos peso que brancos; têm maior probabilidade de morrer antes de completar um ano de idade; têm menor probabilidade de frequentar uma creche; e apresentam taxas de repetência escolar mais altas, o que os leva a abandonar os estudos com nível educacional inferior ao dos brancos. Quando empregados, recebem menos da metade do salário pago aos brancos, o que os leva a se aposentarem mais tarde e com remunerações inferiores, e isso quando chegam a se aposentar. Os negros vivem menos e em piores condições que os brancos. No Brasil, essas desigualdades raciais são influenciadas de maneira determinante pelas práticas passada e presente da discriminação racial.

As diferenças entre negros e brancos, no entanto, não são imutáveis. Os indicadores sociais aqui apresentados apontam uma diminuição, embora ainda modesta, das desigualdades raciais no período de 1995 a 2005. Contudo, esse continua sendo um fenômeno complexo, assim como um enorme desafio para governos e para a sociedade brasileira em geral.

* Os autores Sergei Suarez Dillon Soares e Luana Pinheiro são técnicos de planejamento e pesquisa do Ipea, e Natália de Oliveira Fontoura, especialista em políticas públicas e gestão governamental, em exercício no Ipea, agradecem a contribuição de Luciana Jaccoud e de Leonardo Rangel para o texto.

Neste capítulo são analisados três diferenciais raciais fundamentais: escolaridade, rendimento do trabalho e renda domiciliar *per capita*. Há, é claro, uma cadeia causal implícita entre esses indicadores, amplamente documentada por uma extensa produção bibliográfica.¹ A cadeia ocorre em três etapas: negros têm renda domiciliar *per capita* inferior e níveis de pobreza mais elevados que brancos por auferirem menores rendimentos no mercado de trabalho, o que ocorre, por sua vez, porque os negros têm níveis de escolaridade inferiores aos dos brancos. O objetivo deste capítulo é, portanto, documentar como têm evoluído essas três diferenças.

2 O PROCESSO EDUCACIONAL

Um dos momentos importantes em que a discriminação se faz presente na vida das pessoas é o da socialização via inserção escolar. A importância do nível educacional como determinante do bem-estar influencia desde a renda do indivíduo até a probabilidade de ele morrer de forma violenta, o que faz que as consequências da discriminação sejam, no processo educacional, ainda mais graves que em outras esferas.

Hoje, o acesso ao ensino fundamental está essencialmente universalizado tanto para negros como para brancos. Quase todas as crianças brasileiras têm acesso a uma escola com vagas para que estude.² É importante esclarecer, no entanto, que o acesso universal a esse nível de ensino não encontra continuidade nos indicadores de permanência, uma vez que as crianças negras tendem a apresentar maiores taxas de evasão escolar do que as brancas. A baixa qualidade do ensino e, principalmente, a repetência usada como instrumento pedagógico, fazem que a frequência a uma escola não signifique a mesma coisa que adquirir escolaridade. Portanto, atualmente o melhor indicador de acesso ao processo educacional não é a taxa de atendimento, definida como a porcentagem de meninos e meninas de uma dada idade frequentando a escola, e sim a taxa líquida de matrícula, entendida como a porcentagem de meninos e meninas frequentando a escola no *nível adequado*.³ Para acompanharmos tal indicador, definimos os níveis: (i) educação infantil; (ii) primeiro ciclo do fundamental, definido como as primeiras quatro séries desse nível de ensino; (iii) segundo ciclo do fundamental, entendido como a quinta, sexta, sétima e oitava séries desse nível de ensino; (iv) ensino médio; e (v) ensino superior.

¹ Ver, por exemplo, Hasenbalg (1979); Soares (2000); Campante, Crespo e Leite (2004); e Reis e Crespo (2005).

² As poucas crianças que encontram dificuldades para entrar na escola são, em sua maioria, meninas e meninos com algum tipo de deficiência e sem acesso a escolas adaptadas às suas necessidades.

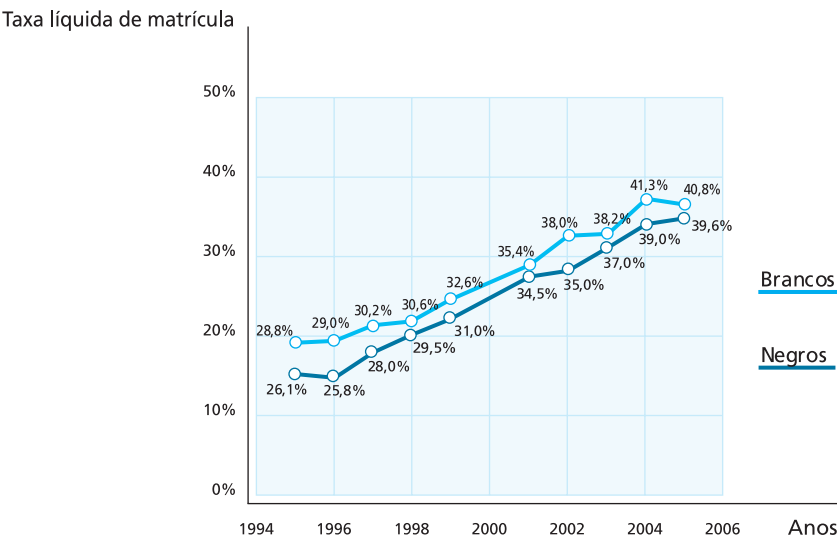
³ Para a educação infantil, em que não há repetência, as taxas líquida e bruta são iguais. No entanto, já no primeiro ciclo do ensino fundamental, a repetência começa a esvaziar as taxas líquidas e, ao mesmo tempo, inchar as taxas brutas.

A consequência é que, para a população negra, as taxas brutas chegam a 137% no primeiro ciclo do ensino fundamental; a 113% no segundo ciclo (lembrando que a taxa líquida é de 68%); a 81% no ensino médio; e a 13% no ensino superior. Já no caso dos brancos, essas taxas são de 120% e de 117% no primeiro e no segundo ciclos do ensino fundamental; de 98% no ensino médio; e de 31% no ensino superior.

GRÁFICO 1

Taxas líquidas de matrícula na educação infantil e no primeiro ciclo do ensino fundamental, segundo cor/raça – Brasil, 1995-2005

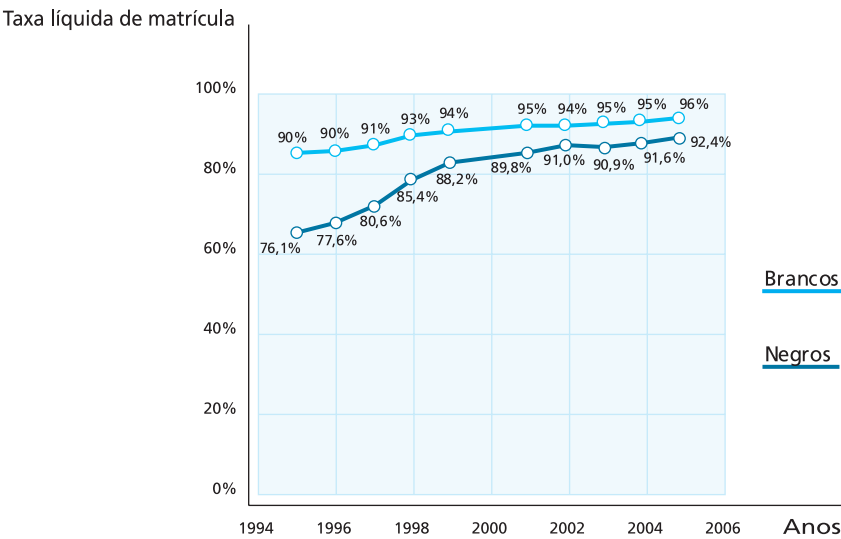
Painel 1 – Educação infantil



Fonte: Pnads 1995-2005.

Nota: A população negra é composta de pretos e de pardos.

Painel 2 – Primeiro ciclo do ensino fundamental



Fonte: Pnads 1995-2005.

Nota: A população negra é composta de pretos e de pardos.

Os dois painéis do gráfico 1 mostram essas taxas para a educação infantil e para o primeiro ciclo do ensino fundamental.

O painel 1 anuncia uma boa notícia: não apenas os níveis de acesso à creche e à pré-escola vêm aumentando consideravelmente, como os diferenciais entre brancos e negros são bastante pequenos, mantendo-se em 1 ponto percentual em 2005. O painel 2 mostra que, para as crianças na faixa etária de 7 a 10 anos, o processo de universalização do ensino fundamental fez que houvesse uma clara convergência entre as taxas de estudantes negros e de estudantes brancos, com um aumento notável na taxa líquida de matrícula de negros, principalmente entre 1995 e 1999. No entanto, um hiato de 4 pontos percentuais ainda permanece, o que pode ser resultante dos processos de evasão e de repetência escolar maiores para a população negra.

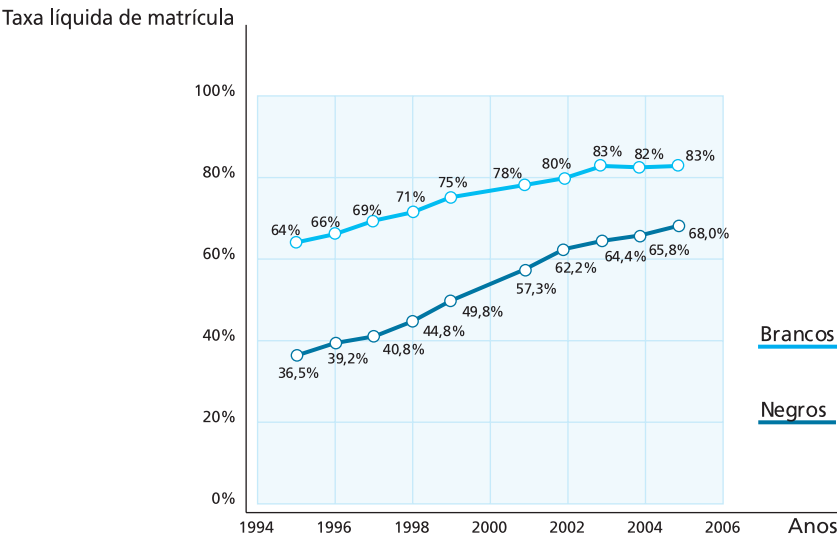
O gráfico 2 traz as taxas líquidas de matrícula no segundo ciclo do ensino fundamental e no ensino médio. O painel 1 começa a mostrar com clareza o processo de exclusão dos negros do acesso à educação. Em 2005, a taxa líquida de matrícula de jovens negros e negras de 11 a 14 anos é de 68%, quando, supõe-se, o acesso deveria ser universal. Os outros 32% ou desistiram ou se encontram ainda no primeiro ciclo do ensino fundamental, enfrentando a repetência e com poucas perspectivas de atingirem um nível de escolaridade que os prepare bem para o século XXI. E, por último, é notável que as diferenças entre negros e brancos já se encontrem próximas dos 15 pontos percentuais. Novamente, a boa notícia é que essa situação está melhorando, uma vez que há dez anos esse diferencial era de 27 pontos.

O painel 2 mostra que quase dois entre três jovens negros já desistiram da escola sem ingressar no ensino médio, ou então se encontram com defasagem crescente nos níveis inferiores; ao passo que quase dois entre três jovens brancos estão no nível adequado, a caminho da conclusão do ensino básico. No caso do ensino médio, nem mesmo se pode dizer que a situação esteja melhorando, uma vez que a diferença entre brancos e negros permanece estável em torno de 20 pontos percentuais na década em questão.

GRÁFICO 2

Taxas líquidas de matrícula no segundo ciclo do ensino fundamental e no ensino médio, segundo cor/raça – Brasil, 1995-2005

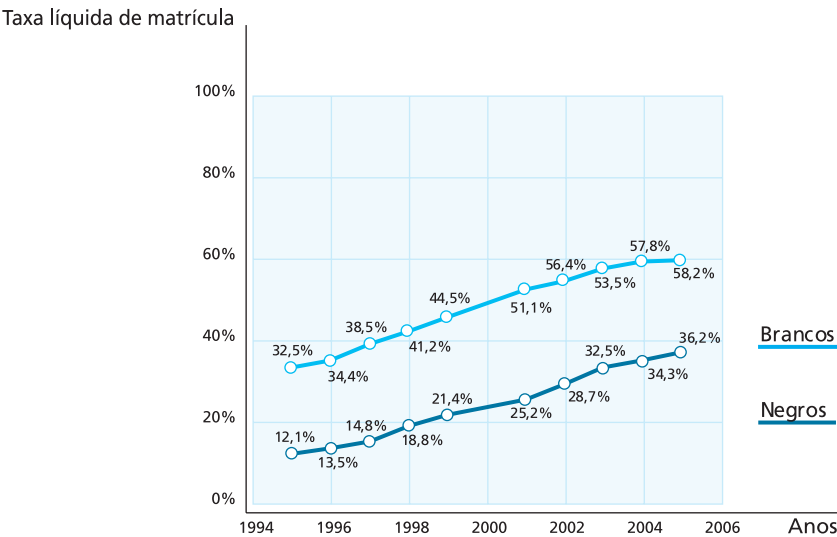
Painel 1 – Segundo ciclo do ensino fundamental



Fonte: Pnads 1995-2005.

Nota: A população negra é composta de pretos e de pardos.

Painel 2 – Ensino médio



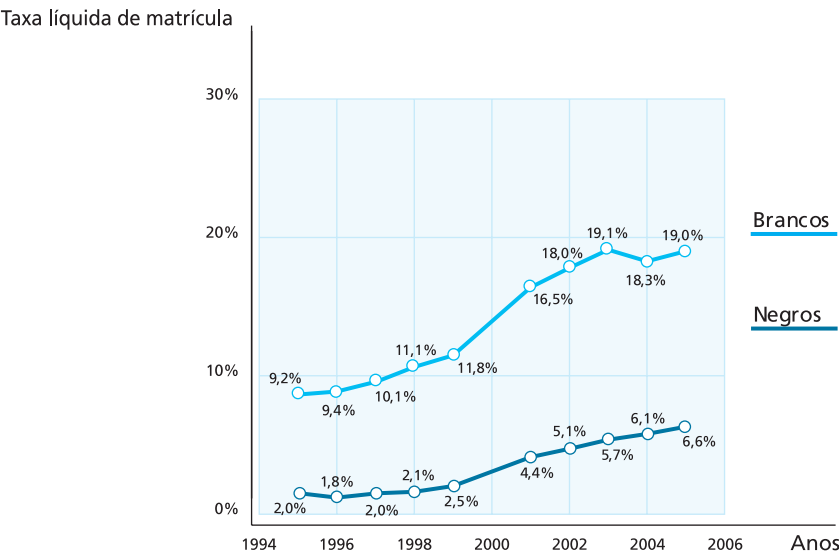
Fonte: Pnads 1995-2005.

Nota: A população negra é composta de pretos e de pardos.

O gráfico 3 mostra a última etapa do processo. Para o ingresso no nível superior, não se pode dizer que a repetência seja a única barreira a ser transposta. Há também o desafio do vestibular, especialmente para o ingresso nas instituições públicas, e a necessidade de pagamento de mensalidades, no caso das instituições privadas. De toda forma, as diferenças ainda são gritantes – a probabilidade de um branco chegar ao ensino superior (19,0%) é quase três vezes maior que a probabilidade de um negro (6,6%). Ademais, embora tanto brancos como negros tenham sido beneficiados com um aumento no acesso ao ensino superior, a taxa de crescimento foi, na década em análise, maior para os brancos. Esses dados sugerem que há limites para as políticas universais combaterem os diferenciais raciais.

GRÁFICO 3

Taxa líquida de matrícula no ensino superior,
segundo cor/raça (19 a 25 anos) – Brasil, 1995-2005



Fonte: Pnads 1995-2005.

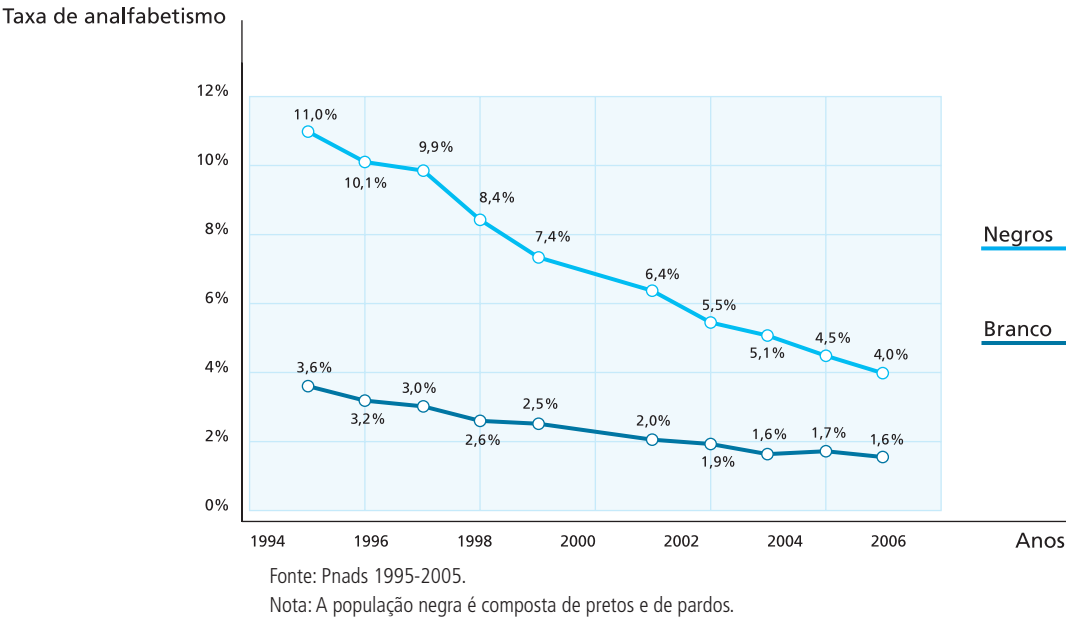
Nota: A população negra é composta de pretos e de pardos.

As taxas de analfabetismo entre jovens apresentaram queda significativa entre 1995 e 2005. Conforme pode ser visto no gráfico 4, que apresenta os dados para a população na faixa etária de 15 a 24 anos, essa queda foi ainda mais importante para a população negra. Isso pode ser explicado pela inserção escolar dessa população, que se deve ao processo de universalização do ensino fundamental. De fato, como mostra o gráfico 4 a seguir, para os negros nessa faixa etária,

a taxa de analfabetismo caiu 7 pontos percentuais entre 1995 e 2005, ao passo que entre os brancos essa queda foi de apenas 2 pontos. Como resultado, em 2004 tais taxas estavam bem mais próximas: 4% para negros, e 1,6% para brancos.

GRÁFICO 4

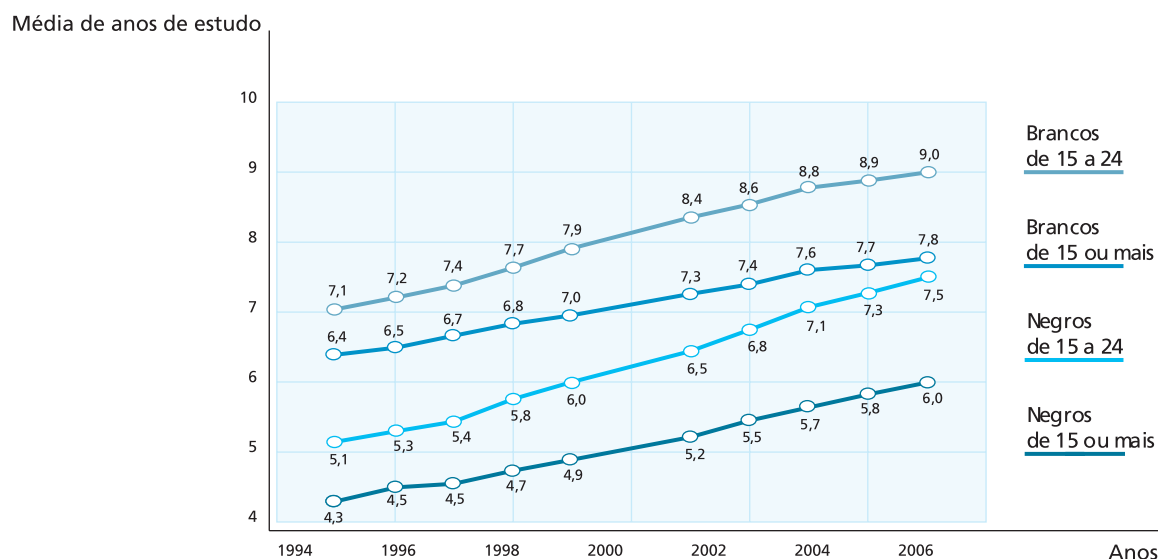
Taxa de analfabetismo de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos, segundo cor/raça – Brasil, 1995-2005



Analisando-se a média de anos de estudo da população adulta, as conclusões obtidas também não são as mais salutares. O gráfico 5 mostra a evolução da média de anos de estudo entre 1995 e 2005 para negros e brancos de duas faixas etárias: jovens e adultos maiores de 14 anos, e jovens de 15 a 24 anos. O número médio de anos de estudo cresce de forma mais ou menos constante tanto para brancos como para negros, e há uma leve tendência em direção à redução do hiato: enquanto o hiato entre negros e brancos era, em 1995, de 2,1 anos, em 2005 ele caiu para 1,8. A essa taxa, a igualdade entre negros e brancos ocorrerá somente em 67 anos. História semelhante pode ser contada em relação aos jovens de 15 a 24 anos. A diferença reduziu de 1,9, em 1995, para 1,5, em 2005, e, a essa taxa, a igualdade ocorrerá somente em quarenta anos.

GRÁFICO 5

Média de anos de estudo, segundo cor/raça e faixa etária –
Brasil, 1995-2005



Fonte: Pnads 1995-2005.

Nota: A população negra é composta de pretos e de pardos.

3 TRABALHO E RENDIMENTO

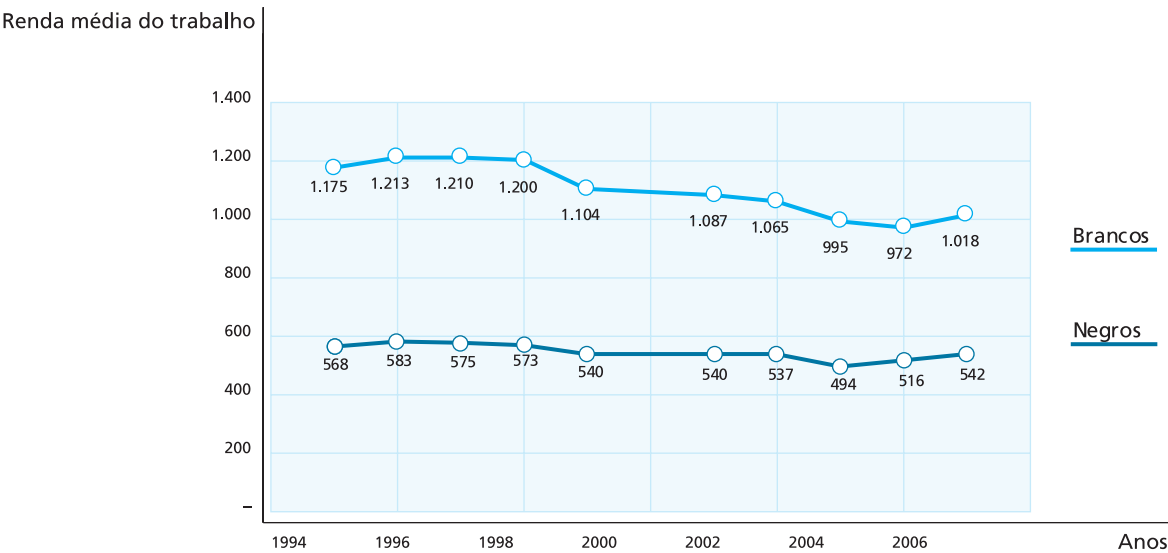
O desempenho educacional é essencial na determinação dos rendimentos do mundo do trabalho. O trabalho é fundamental na definição do bem-estar das pessoas, o que ocorre por, pelo menos, duas razões. A primeira é que 76% da renda das famílias advém do trabalho. Isso significa que a inserção no mundo do trabalho é o principal determinante da renda domiciliar, que, por sua vez, é o principal determinante do acesso a bens e serviços mercantis. A segunda razão diz respeito à importância do trabalho na vida cotidiana. O trabalho é o local em que as pessoas em idade ativa passam a maior parte do seu tempo; é uma fonte fundamental de informação; e é onde boa parte da rede social dos indivíduos se ancora. O trabalho é fundamental para o processo de autodefinição das pessoas, e também para a forma como somos vistos por terceiros.

O gráfico 6 mostra que, em 2005, um trabalhador negro auferiu, em média, tão-somente 53,3% do que recebeu um trabalhador branco.

Contudo, houve melhoria nesse indicador, uma vez que, em 1995, um negro recebia 48,3% da remuneração paga a um branco e, em 2001, 49,7%.

Porém, essa é uma diferença que permanece inaceitavelmente grande. Qual é a sua origem? Os trabalhadores negros sofrem com remuneração pior em razão das características por eles adquiridas antes da entrada no mercado de trabalho? Ou é o próprio mercado de trabalho que os discrimina? Estudos como os de Hasenbalg (1979); de Soares (2000); de Campante, Crespo e Leite (2004); e de Reis e Crespo (2005) sugerem que, embora existam diferenças regionais, a maioria (algo em torno de 60%) do diferencial de cor nos rendimentos se deve às diferenças educacionais.

GRÁFICO 6
Rendimento do trabalho principal, segundo cor/raça – Brasil 1995-2005



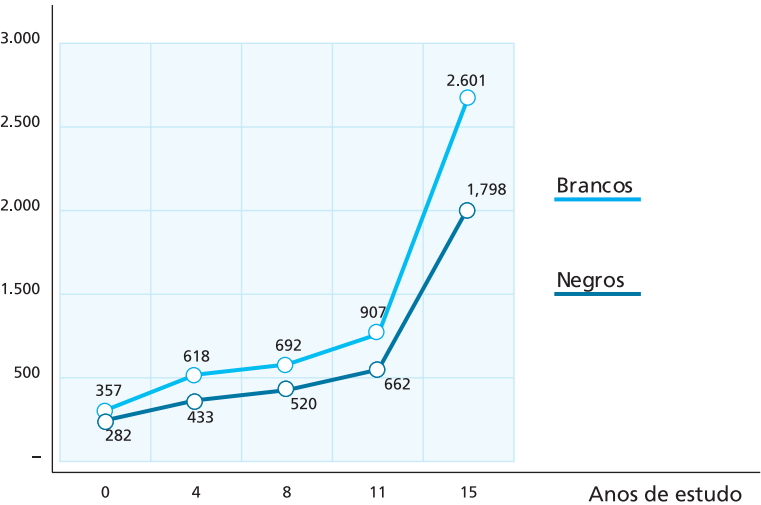
Fonte: Pnads 1995-2005.
Nota: A população negra é composta de pretos e de pardos.

O gráfico 7 vai na mesma direção. O primeiro painel mostra que negros com o mesmo nível educacional que brancos recebem rendimentos inferiores, em todas as faixas de anos de estudo. Já o segundo painel mostra que, tanto em razão das discriminações sofridas por eles mesmos no sistema educacional, como por seus pais em todos os âmbitos da vida, os negros entram no mercado de trabalho com níveis educacionais inferiores aos dos brancos. Ou seja, parte do diferencial

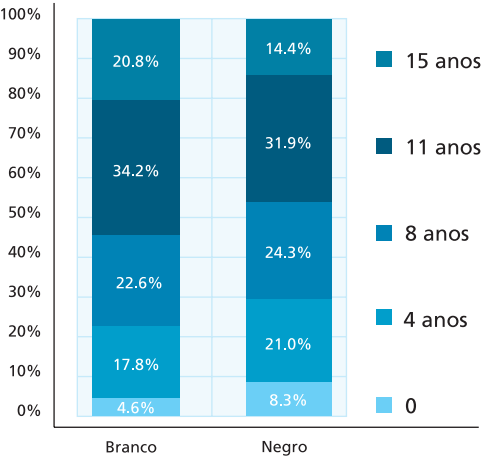
de salário se deve à discriminação no próprio mercado de trabalho, e parte às etapas que antecedem a entrada nesse mercado.

GRÁFICO 7
Rendimento do trabalho principal por nível educacional,
segundo cor/raça – Brasil, 2005

Painel 1 – Rendimento por nível educacional



Painel 2 – Nível educacional dos ocupados



Fonte: Pnads 2005.

Nota: A população negra é composta de pretos e de pardos.

Usando-se os dados de rendimento e de distribuição da população ocupada por nível educacional, é possível decompor o diferencial de rendimento em um termo que responde a diferenças de qualificação, e em um outro que responde à discriminação no mercado de trabalho.

Na tabela 1, a primeira coluna traz o que pode ser chamado de termo de discriminação, o qual representa a diferença de salário entre negros e brancos se ambos os grupos tivessem os mesmos níveis educacionais. Já o segundo termo representa a parcela do diferencial salarial devida às diferenças de formação (educação formal).

TABELA 1
Decomposição dos diferenciais de rendimento entre
brancos e negros – 1995/2001/2005

Ano	Termo de discriminação	Diferenças de formação
2005	40,1%	59,9%
2001	41,4%	58,6%
1995	41,7%	58,3%

Fonte: Pnads 1995/2001/2005.

É interessante notar que há uma queda, embora muito lenta, no termo de discriminação. Na literatura, o único trabalho por nós encontrado que identificou essa tendência é o de Reis e Crespo (2005). Tal queda pode ser resultado da grande mobilização por parte do movimento negro para que toda a população tome consciência da existência de discriminação racial no nosso País, bem como de uma maior atuação do governo federal nessa área. A rigor, as tendências apontadas sugerem que é possível combater a discriminação racial.

⁴ Calculou-se a renda domiciliar *per capita* somando-se todas as rendas disponíveis na Pnad, tanto monetárias como não-monetárias, de todos os indivíduos no domicílio, e dividindo-as pelo número de membros no mesmo domicílio. Nenhuma renda foi imputada, nem foi usada qualquer escala de equivalência. Em outras palavras, não foi feita nenhuma alteração nas rendas captadas na Pnad. Para comparações entre anos distintos, a renda foi deflacionada usando-se o método desenvolvido por Corseuil e Foguel (2002).

⁵ A construção do domicílio foi feita do seguinte modo: todos os parentes e pensionistas do chefe do domicílio foram considerados como parte dele para os fins deste estudo. Empregadas domésticas e respectivos parentes foram considerados, por sua vez, como pertencentes a um domicílio separado. Quando havia, no domicílio, algum indivíduo cuja renda fosse desconhecida (isto, é, quaisquer de suas rendas fossem desconhecidas), tanto o indivíduo como seu domicílio foram retirados da amostra. Em razão desse procedimento, cerca de 2% dos indivíduos foram retirados a cada ano.

⁶ A linha de pobreza usada foi a metade do valor de um salário mínimo de 2004, ou seja, R\$ 150,00.

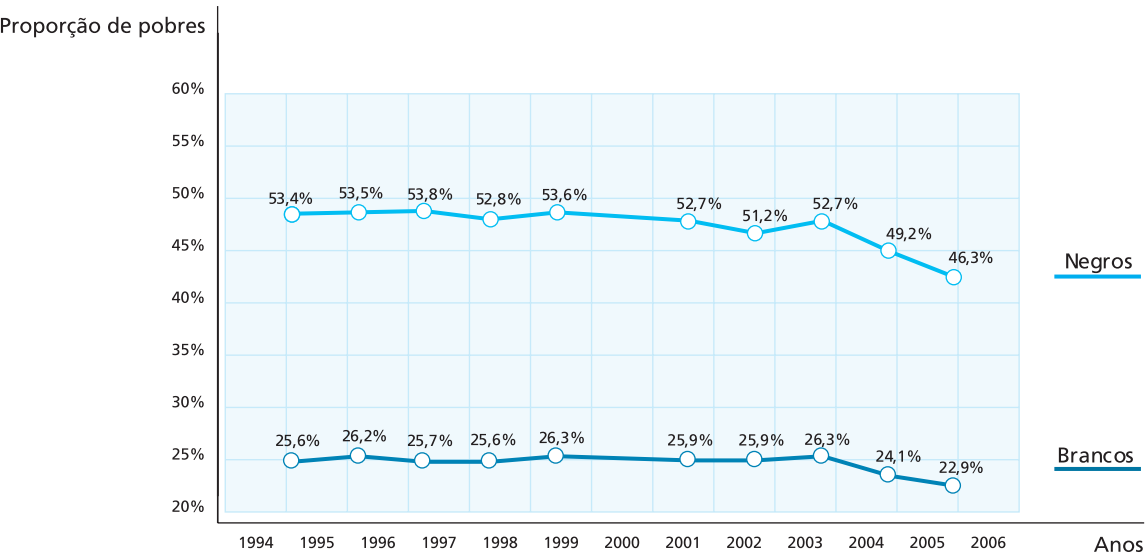
4 RENDA E POBREZA

Em última instância, a melhor medida unidimensional de bem-estar da qual dispomos é a renda. É claro que existem importantes dimensões não monetárias do bem-estar, tais como se ver livre do medo, seja do aparelho jurídico-policial, seja da criminalidade comum; ou ter acesso a serviços públicos como educação e saúde. Há índices sintéticos que tencionam reunir várias dessas dimensões em uma só, os quais implicam, porém, julgamentos de valor na escolha dos pesos de cada componente. Por essa razão, nesta seção a análise se restringirá aos indicadores de renda: renda domiciliar *per capita*,^{4, 5} e a porcentagem de pessoas vivendo com renda inferior à de uma linha de pobreza determinada.⁶

A proporção de pobres vivendo abaixo da linha de pobreza se reduziu em quase 2 pontos percentuais, mas o gráfico 8 mostra que

tal redução não foi homogênea entre os grupos raciais. Enquanto para brancos a redução foi de 2,7 pontos – o que implica uma taxa anual de 0,27 ponto – para negros foi de 7,1 pontos, o que quer dizer que a redução foi de 0,71 ponto/ano. Ou seja, o que se observa é que a pobreza cai para todos, mas cai mais para os negros do que para os brancos.

GRÁFICO 8
Porcentagem da população vivendo abaixo da linha da pobreza, segundo cor/raça – Brasil, 1995-2005



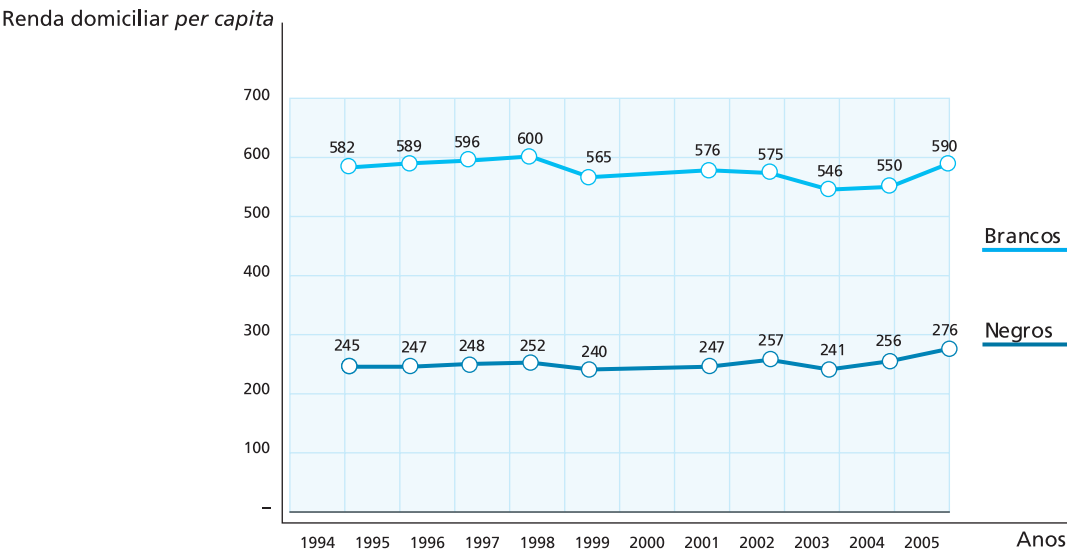
Fonte: Phads 1995-2005.
Nota: A população negra é composta de pretos e de pardos.

A má notícia é a velocidade da redução. Se as taxas de redução observadas entre 1995 e 2005 persistirem, o País só conseguirá eliminar a pobreza entre os negros em 65 anos, e os negros somente alcançarão o nível de pobreza dos brancos em 52 anos. Destaque-se, ainda, que quase toda a redução ocorreu de 2003 para 2005, o que quer dizer que não estamos diante de uma redução sustentada, e sim, por enquanto, de um episódio que dura dois anos.

A análise da renda domiciliar *per capita* (gráfico 9) revela um quadro semelhante à análise do fenômeno da pobreza. A renda da população como um todo vem caindo desde a crise cambial de 1998, com recuperação a partir de 2004. Ou seja, há ainda muito pouco crescimento da renda. No entanto, há uma tendência muito lenta de convergência entre a renda de negros e a de brancos, o que se dá em razão de uma quase

estagnação da renda dos brancos no período analisado – com queda entre 1998 e 2004 – e de um aumento de 12,6% na renda dos negros.

GRÁFICO 9
Renda domiciliar média *per capita*, segundo cor/raça – Brasil, 1995-2005



Fonte: Pnads 1995-2005.
Nota: A população negra é composta de pretos e de pardos.

5 CONCLUSÕES

O resumo deste capítulo é claro. É possível reduzir as diferenças entre negros e brancos e o Brasil vem logrando algum êxito, embora limitado, nesse campo. Quase não há mais diferenças entre negros e brancos no que tange o acesso à educação pré-escolar, e até mesmo as diferenças em termos de taxa líquida de matrícula vêm caindo para os dois ciclos do nível fundamental. O hiato salarial caiu quase 5 pontos percentuais nos últimos dez anos. Parte dessa queda foi na discriminação praticada no mercado de trabalho, e parte dela foi fruto da redução no hiato educacional. O resultado final é o fato de a renda domiciliar ter aumentado mais entre negros que entre brancos, bem como de o índice de pobreza ter caído mais entre negros que entre brancos.

No entanto, as diferenças ainda são demasiadamente grandes. Negros ainda saem do sistema educacional com um ano e meio de educação a menos que brancos, ganham apenas 53% do que ganham os brancos, e têm o dobro da chance de viver na pobreza. Se se pretende realmente construir uma democracia racial neste País, serão necessárias ações mais enérgicas que as praticadas até agora.⁷

⁷ Para informações e dados comparativos adicionais, consultar a segunda edição do estudo *Retrato das desigualdades*, lançado pelo Ipea, em 2006, em formato de CD-ROM.

6 REFERÊNCIAS

- CAMPANTE, F.; CRESPO, A.; LETTE, P. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Revista Brasileira de Economia**, v. 58, n. 2, 2004.
- CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 897).
- HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: Ipea 2001. (Texto para Discussão, n. 807).
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, jun. 2002 a ago. 2005. (Boletim de Políticas Sociais). Disponível também em versão eletrônica: <<http://www.ipea.gov.br/pub/bps/bps.html>>.
- _____. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, agosto de 2006. (Nota Técnica). Versão eletrônica disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: nov. 2006
- REIS, M. R.; CRESPO, A. R. V. **Race discrimination in Brazil**: an analysis of the age, period and cohort effects. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. (Texto para Discussão, n. 1.114).
- SOARES, S. S. D. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho**: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Brasília: Ipea, 2000. (Texto para Discussão, n. 769).

